



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

1

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2020

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ/RS –
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES - E
A EMPRESA NOAR TURISMO EIRELI**

O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ/RS – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sita a Av. Monsenhor Scalabrini nº 600, Bairro Centro, na cidade de Guaporé-RS, inscrita no CNPJ nº 29.987.225/0001-65, neste ato representado por seu **PRESIDENTE Sr. JAIRO ELIAS ZANATTA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **NOAR TURISMO EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 18.780.623/0001-90, estabelecida à Rua Jorge Lacerda, nº 80 E – Sala 402 – Edif. San Sebastian, na cidade Chapecó/SC, CEP 89.802-105, telefone (49) 3329 3380 e e-mail: mauro@noarturismo.com.br, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 82/2019**, vinculada ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 206/2019, PROCESSO nº 937/2019**, homologado em 21 de agosto de 2019, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 10.520/02, e Decretos Municipais nº 3439/2003, 4314/2009, 4761/2012, 5616/2017 e 5699/2017, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Federal nº 12.846/2013, e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. É objeto do presente contrato o fornecimento de **BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**, conforme segue:

ITEM	VALOR ESTIMADO (R\$)	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO
01	Até 20.000,00	Aquisição de bilhetes de passagem aérea para a câmara municipal de vereadores de Guaporé-RS	13,02%

1.1. O objeto do presente instrumento compreende a reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e demais atividades pertinentes ao fornecimento de bilhetes de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2

passagens aéreas, conforme necessidade e solicitação pela Câmara Municipal de Vereadores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. O presente contrato tem o valor estimado de até **R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)**, de acordo com a Ata de Registro de Preços, que integra o presente instrumento por ser de pleno conhecimento das partes.

2.1.1. A CONTRATADA concederá o percentual de desconto de 13,02% (treze inteiros e dois centésimos por cento), conforme registrado na Ata de Registro de Preços, o qual incidirá sobre o valor praticado pela companhia de transporte aéreo para o trecho solicitado pelo CONTRATANTE, incluído todas as despesas, tributos e encargos para realização do objeto, sem quaisquer ônus adicionais para o Município.

2.1.2. O percentual de desconto indicado na cláusula anterior não incidirá sobre as taxas de embarque.

2.2. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor correspondente ao objeto entregue, conforme nota Fiscal/fatura, observado o percentual de desconto registrado na Ata de Registro de Preços.

2.3. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, à vista, em até 30 (trinta) dias, após a entrega do bilhete solicitado, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura correspondente e recebimento por parte do Município, através de depósito na seguinte conta bancária em nome da **CONTRATADA**:

- * Banco: Caixa
- * Agência: 1896
- * Conta: 3378-2
- * Operação: 003

2.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada de cópia do comprovante de reserva, que deverá conter todos os dados do bilhete de passagem aérea emitido, inclusive o valor praticado pela companhia aérea.

2.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida com o valor final a ser pago pela CONTRATANTE para o bilhete aéreo, incluindo taxas de embarque e deduzido o percentual de desconto constante no item 2.1.1 deste contrato, observando o disposto no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3

item 2.1.2.

2.6. Na Nota Fiscal/Fatura deverão estar destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e ao ISSQN, caso ocorra o fato gerador destes, ou outros impostos incidentes, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

2.7. Serão processadas as retenções previdenciárias e demais tributos, nos termos da legislação que regula a matéria.

2.8. A Nota Fiscal/fatura somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

2.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo Município.

2.10. As Notas Fiscais/faturas deverão ser emitidas em moeda corrente do país e individualizadas por dotação orçamentária, quando for o caso.

2.11. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

2.12. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.13. As despesas decorrentes do presente contrato serão sustentadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

01.01 – 2.001 – Manutenção das Ativ. do Poder Legislativo

3.3.90.33.01.00.00 – Passagens para o País – 1928

Recurso: 01 – Recurso Livre – Adm. Direta

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DOS PRAZOS

3.1. Os bilhetes de passagens aéreas deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA** conforme necessidade e solicitação da Câmara Municipal de Vereadores de Guaporé.

3.1.1. Realizada a solicitação pelo **CONTRATANTE** informando a data e o destino para



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

4

aquisição do bilhete aéreo, a CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, fornecer todas as opções de transporte aéreo disponíveis no mercado, com as seguintes informações:

- a) Companhia aérea;
- b) Aeroporto de embarque;
- c) Horário do voo;
- d) Escalas e/ou conexões
- e) Horário previsto de chegada ao destino;
- f) Valor do bilhete para o trecho solicitado, incluindo taxas de embarque.

3.1.2. Prestadas as informações pela CONTRATADA referente à data e destino solicitado, o CONTRATANTE optará e solicitará a emissão do bilhete de passagem aérea escolhido.

3.2. Confirmado o bilhete a ser adquirido pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar a entrega do mesmo impresso, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da confirmação, inclusive para os bilhetes de passagem internacional.

3.3. Os bilhetes de passagens aéreas, impressos, deverão ser entregues tempestivamente na Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Av. Monsenhor Scalabrini nº 600, bairro centro no município de Guaporé – RS.

3.4. Em caso de remarcação, endosso ou cancelamento da passagem solicitada, a CONTRATADA deverá realizar as alterações necessárias, observando os prazos previstos nos itens 3.1.1 e 3.2 deste contrato.

3.5. O Município rejeitará o fornecimento em desacordo com as especificações constantes neste contrato.

3.6. Quando da entrega, o responsável pela fiscalização efetuará a verificação quanto à conformidade com o presente contrato.

3.7. Após a verificação e consequente aprovação, será dado aceite na Nota Fiscal/fatura, quando então ocorrerá o pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DO CONTRATO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

5

4.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

4.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo **CONTRATANTE** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

4.3. Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, as condições previstas no Edital, na Ata de Registros de Preços e na proposta apresentada pela adjudicatária.

4.4. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2020, a contar da data da sua assinatura.

4.5. A fiscalização do contrato é de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, ou pessoa por ele designada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. DO CONTRATANTE:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste Contrato;

5.1.2. Aplicar à contratada penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

5.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.2. DA CONTRATADA:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações contidas neste Contrato;

5.2.2. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

6

5.2.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme dispositivos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Os casos de inexecução contratual, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas nos art. 87 e 88 da Lei 8.666/93, e no art. 7º da Lei 10.520/02, das quais se destacam:

- a) **Advertência:** executar o contrato ou as obrigações com irregularidades passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado;
- b) **Multa de 4%** (quatro por cento) do valor total da contratação, a cada 12 (doze) horas de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Após esse prazo será considerado inexecução contratual;
- c) **Multa de 10%** sobre o valor total da contratação: inexecução parcial do contrato ou das obrigações;
- d) **Multa de 15%** sobre valor total da contratação: inexecução total do contrato ou das obrigações;
- e) **Suspensão do direito de licitar e contratar** com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos: inexecução parcial ou total do contrato ou das obrigações;
- f) **Suspensão do direito de licitar e contratar** com a Administração Pública pelo prazo de 05 anos: frustrar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal.
- g) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Guaporé/RS.

6.2. As penalidades são independentes entre si e poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

7

- 6.3.** As multas serão calculadas sobre o valor total da contratação.
- 6.4.** Os valores das multas aplicadas previstas nas alíneas acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município.
- 6.5.** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.
- 6.6.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 6.7.** Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, do item 6.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.
- 6.8.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.
- 6.9.** O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido à Autoridade Superior Competente da unidade requisitante, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 6.10.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.
- 6.11.** O **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:
- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
 - b) pedido de recuperação judicial, extrajudicial, falência ou dissolução da Contratada;
 - c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévia e expressa autorização do Município;
 - d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
 - e) mais de 2 (duas) advertências.
- 6.12.** O **CONTRATANTE** poderá, ainda, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

8

8.666/93 e suas alterações.

6.13. DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES:

6.13.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública também poderá ser aplicada àqueles que:

- a) Retardarem a execução do Pregão;
- b) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;
- c) Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

6.14. É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Guaporé-RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor.

Município de Guaporé/RS, 23 de janeiro de 2020.

**NOAR TURISMO EIRELI
CONTRATADA**

**ANTONIO JOSÉ PANDOLFO
CONTRATANTE**

TESTEMUNHAS:

**ADALBERTO A. DE ALMEIDA
CONSULTOR JURÍDICO
OAB/RS 69.331**